

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

DESPACHO

Nos termos do art. 95 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, AUTORIZO o afastamento do país do servidor CÉLIO RAMOS ALVES, entre os dias 17 e 24 de abril de 2026, com ônus para este Supremo Tribunal Federal, com a finalidade de participar do evento "NAB SHOW 2026", promovido pela National Association of Broadcasters, a ser realizado no período de 19 a 22 de abril de 2026, na cidade de Las Vegas, Estados Unidos da América.

Min. EDSON FACHIN

DESPACHO

Nos termos do art. 95 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, AUTORIZO o afastamento do país da servidora TATIANA COCHLAR DA SILVA ARAÚJO, entre os dias 17 e 24 de abril de 2026, com ônus para este Supremo Tribunal Federal, com a finalidade de participar do evento externo "NAB SHOW 2026", promovido pela National Association of Broadcasters, a ser realizado no período de 19 a 22 de abril de 2026, na cidade de Las Vegas, Nevada, Estados Unidos da América.

Min. EDSON FACHIN

SECRETARIA DO TRIBUNAL

DESPACHO

Nos termos do art. 95 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, AUTORIZO o afastamento do país do servidor CÉLIO RAMOS ALVES, entre os dias 17 e 24 de abril de 2026, com ônus para este Supremo Tribunal Federal, com a finalidade de participar do evento "NAB SHOW 2026", promovido pela National Association of Broadcasters, a ser realizado no período de 19 a 22 de abril de 2026, na cidade de Las Vegas, Estados Unidos da América.

Min. EDSON FACHIN

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 156, DE 9 DE ABRIL DE 2026

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições e com base no inciso II do art. 9º e no inciso I do art. 35, da Lei nº 8.112/1990, e considerando o disposto no Processo SEI nº 05497/2026, resolve:

NOMEAR

Juliana Diques da Costa, Analista Judiciária, Área Judiciária, do quadro de pessoal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para ocupar o cargo em comissão de Assessora-Chefe do Gabinete de Conselheiro, vaga Juiz Federal, nível CJ-3, ficando dispensada da função comissionada de Assistente VI do Gabinete do Conselheiro Guilherme Guimarães Feliciano, nível FC-6.

Min. EDSON FACHIN

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA DIRETORIA-GERAL Nº 64, DE 8 DE ABRIL DE 2026

O DIRETOR-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do inciso II do art. 9º, do inciso I do art. 35, ambos da Lei nº 8.112/1990, e da alínea "d" do inciso XI do art. 3º da Portaria GPR nº 112/2010, e considerando o disposto no Processo SEI nº 05497/2026, resolve:

NOMEAR

LUCAS DELGADO, Analista Judiciário, Área Judiciária, do quadro de pessoal deste Conselho, para ocupar o cargo em comissão de Chefe da Assessoria de Assuntos Jurídicos do Gabinete de Conselheiro, vaga Juiz Federal, nível CJ-2, ficando dispensado da função de confiança de Assistente V do Gabinete da Secretaria-Geral, nível FC-5.

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES

PORTARIA DIRETORIA-GERAL Nº 65, DE 8 DE ABRIL DE 2026

O DIRETOR-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos da alínea "d" do inciso XI do art. 3º da Portaria GPR nº 112/2010, e considerando o contido no Processo SEI nº 05497/2026, resolve:

DESIGNAR

FELIPE CUNHA DANIEL, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do quadro de pessoal deste Conselho, para exercer a função de confiança de Assistente VI do Gabinete de Conselheiro, vaga Juiz Federal, nível FC-6.

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES

PORTARIA Nº 69, DE 13 DE ABRIL DE 2026

O DIRETOR-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e com fundamento no inciso I do art. 9º da Lei nº 8.112/1990, no item 5.1.6.1 do Edital CNJ nº 1, de 27 de março de 2024, publicado no Diário Oficial da União, seção 3, páginas 159 a 175, de 28 de março de 2024, e considerando o contido no Processo SEI nº 05457/2025, resolve:

EXCLUIR

a pedido, o nome do candidato RODRIGO FURTADO ARRAES MENDES, habilitado no 2º Concurso Público deste Conselho Nacional de Justiça, para o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, da Portaria DG nº 45, de 3 de março de 2026, publicada no Diário Oficial da União, seção 2, páginas 71 e 72, de 6 de março de 2026, em razão de desistência da nomeação para o referido cargo.

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES

PORTARIA Nº 70, DE 13 DE ABRIL DE 2026

O DIRETOR-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no inciso I do artigo 9º da Lei nº 8.112/1990, na alínea "e" do inciso XI do artigo 3º da Portaria Presidência nº 112/2010, e considerando o contido no Processo SEI/CNJ nº 05457/2025, resolve:

NOMEAR

em caráter efetivo, KEILIANE ROCHA COELHO, habilitada em concurso público realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, para o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, Classe "A", Padrão 1, em vaga decorrente da Lei nº 14.687/2023.

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA SGP Nº 50, DE 6 DE ABRIL DE 2026

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do caput do art. 38 da Lei nº 8.112/1990 e do inciso V do art. 1º da Portaria DG nº 107/2024, e considerando o contido no Processo SEI nº 06199/2026, resolve:

DESIGNAR CAROLINI CARVALHO OLIVEIRA, Técnica Judiciária, Área Administrativa, do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, como substituta da Coordenadora de Projetos e das Políticas Judiciárias do DMF, nível CJ-1.

LUCIANA CRISTINA GOMES COELHO MATIAS

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

SECRETARIA DO TRIBUNAL

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 141 DE 11 DE ABRIL DE 2026

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no disposto no caput do art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no inciso XVI do art. 116 do Regulamento Interno e na Portaria TSE nº 288 de 8 de maio de 2020, resolve:

Designar Ana Cláudia Braga Mendonça, do Quadro de Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho, ora cedida ao TSE, para substituir a Assessora-Chefe, Nível CJ-3, da Assessoria de Gestão Eleitoral, da Secretaria do Tribunal, no período de 13 a 17 de abril de 2026.

MIGUEL RICARDO DE OLIVEIRA PIAZZI

PORTARIA Nº 146, DE 14 DE ABRIL DE 2026

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo artigo 2º da Portaria TSE nº 173, de 23 de abril de 2025, com base nos parágrafos 1º e 6º do artigo 13 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e considerando o contido no Procedimento Administrativo SEI nº 2026.00.000000624-3, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito, por perda do prazo legal para a posse, a nomeação dos candidatos:

I - Marcio Henrique dos Santos Silva, constante da Portaria TSE nº 100, de 6 de março de 2026, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de março de 2026, no cargo de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Polícia Judicial, Classe "A", Padrão 1, criado pela Lei nº 6.033, de 30 de outubro de 1974, vago em decorrência da aposentadoria de Michael Yani Martins Neto, em 10 de outubro de 2025, conforme a Portaria TSE nº 447, de 8 outubro de 2025, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de outubro de 2025;

II - Ciro Vinicius Vieira de Cerqueira, constante da Portaria TSE nº 100, de 6 de março de 2026, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de março de 2026, no cargo de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Polícia Judicial, Classe "A", Padrão 1, criado pela Lei nº 6.033, de 30 de outubro de 1974, vago em decorrência da posse em outro cargo público inacumulável de Felipe Gonçalves Monteiro, em 5 de dezembro de 2025, conforme a Portaria TSE nº 572, de 10 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União do dia 12 de dezembro de 2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL RICARDO DE OLIVEIRA PIAZZI

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA STJ/GP Nº 233, DE 8 DE ABRIL DE 2026

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o disposto nos arts. 9º, II, e 35, I, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Efetuar as seguintes alterações no Gabinete do Desembargador Convocado Luís Carlos Gambogi (origem da vaga: Gabinete do Ministro Marco Buzzi):

I - Dispensar RENATA LYRA ALVES XAVIER, matrícula S066006, da função de confiança de Assessor C, código FC-6;

II - Nomear a servidora para o cargo em comissão de Assessor de Ministro, código CJ-3, na vaga decorrente da exoneração de Thiago Filipe Rodrigues de Carvalho.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. HERMAN BENJAMIN

PORTARIA STJ/GP Nº 237, DE 9 DE ABRIL DE 2026

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, XXXI, do Regimento Interno e considerando o disposto no caput do art. 38 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designar THIAGO EMÍLIO ALVES FERREIRA, matrícula S081749, para substituir o Chefe de Gabinete do Ministro Carlos Pires Brandão, código CJ-3, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares e na vacância do cargo em comissão.

Art. 2º Revogar a designação de ANDREA MARTINS ALVES OLIVEIRA, matrícula S080300, objeto da Portaria STJ/GP n. 641 de 9 de setembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União do dia 12 subsequente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HERMAN BENJAMIN

SECRETARIA

PORTARIA STJ/GDG Nº 378, DE 14 DE ABRIL DE 2026

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no item 21.2.3, XI, b, do Anexo da Instrução Normativa STJ/GP n. 19 de 11 de junho de 2025, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria STJ/GDG n. 320 de 19 de março de 2026, publicada no Diário Oficial da União no dia 6 subsequente, seção 2, página 64.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO JOSÉ AMÉRICO PEDREIRA

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 190, DE 13 DE ABRIL DE 2026

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante do Processo Administrativo TST nº 6003083/2026-00, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição à servidora MÔNICA VALÉRIA PESSANHA GONÇALVES, código 19399, ocupante do cargo da Carreira Judiciária de Analista Judiciário, Área Administrativa, Classe C, Padrão 13, com fundamento no art. 20, incisos I a IV, § 2º, inciso II, e § 3º, inciso II, da Emenda Constitucional nº 103/2019, observadas as disposições do art. 3º, inciso II e § 1º, da Lei nº 12.618/2012, e do § 2º do art. 24 da EC nº 103/2019, com os proventos calculados e reajustados na forma do art. 26, caput, § 1º, § 3º, inciso I e § 7º da referida Emenda.

Min. VIEIRA DE MELLO FILHO

